

VOZES E PESQUISAS

LGBTQIA+

Gabriella Eldereti Machado
[Organização]



TERRIED

VOZES E PESQUISAS

LGBTQIA+

Gabriella Eldereti Machado
[Organização]



TERRIED

1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

VOZES E PESQUISAS LGBTQIA+ [livro eletrônico].
Organização Gabriella Eldereti Machado. --
Alegrete, RS : TerriED Editora, 2022.

PDF

ISBN 978-65-84959-04-0

1. Educação

CDD-370

CDU-21-37/49

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370.



10.48209/978-65-84959-04-0



TERRIED

www.terried.com

contato@terried.com

(55) 99656-1914

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

LUMINOLOGIA E(M) TEORIA QUEER: RUMO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS PÓS-ILUMINISTAS...6

William Scheidegger Moreira

doi: 10.48209/978-65-84959-04-1

CAPÍTULO 2

GÊNERO, PODERE LITERATURA: O FOLHETO DE AUTORIA FEMININA NA PARAÍBA.....23

José de Sousa Campos Júnior

doi: 10.48209/978-65-84959-04-2

SOBRE A ORGANIZADORA.....37

doi: 10.48209/978-65-84959-04-1

CAPÍTULO 1

LUMINOLOGIA E(M) TEORIA QUEER: RUMO AO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS PÓS-ILUMINISTAS

William Scheidegger Moreira¹

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: William-scheidegger@hotmail.com

Resumo: Este texto investigativo se dedica a refletir sobre o conceito/ a teoria queer, levando em consideração tanto estudos relativos a este próprio conceito/teoria, quando outras pesquisas, teorias e estudos, sobre Humanidades, propostos “sob perspectivas pós-estruturalistas”. Ao longo desta pesquisa, também desenvolvo algumas reflexões, teórico-críticas, relativas aos conceitos de gêneros, sexo e sexualidades, propondo, a partir de então, uma nova “técnica investigativa” também possível às pesquisas, sobre Humanidades, desenvolvidas sob acordos, aproximações e perspectivas propostas por teorias pós-estruturalistas – “técnica”, a qual venho a denominar como *luminologia*. “Aqui”, *queer* é refletido como conceito/teoria sob experimentações e intersecções às teorias das imagens e do imaginário, onde, para além dos corpos, hegemônica e sócio culturalmente, considerados “estranhos”, privilegiam-se atenções aos regimes relacionais pelos quais estes corpos, por suas expressões estéticas e performativas, são constantemente interpelados e submetidos.

Palavras-chave: Queer, Luminologia, Imagens, Imaginário, Relações Interpessoais.

Resume: This investigative text is dedicated to reflecting on the queer concept/theory, taking into account both studies relating to this very concept/theory, as well as other research, theories and studies on the Humanities, proposed “under post-structuralist perspectives”. Throughout this research, I also develop some theoretical-critical reflections on the concepts of gender, sex and sexualities, proposing, from then on, a new “investigative technique” also possible for research on Humanities, developed under agreements, approximations and perspectives proposed by post-structuralist theories – “technique”, which I have come to call luminology. “Here”, queer is reflected as a concept/theory under experiments and intersections with the theories of images and the imaginary, where, in addition to the bodies, hegemonic and socioculturally, considered “strange”, attention is given to the relational regimes by which these bodies, due to their aesthetic and performative expressions, are constantly challenged and submitted.

Key works: Queer, luminology, imagens, imaginary, interpersonal relationships.

INTRODUÇÃO

“Queer” aparece no inglês do século XVI para designar o que é “estranho”, “excêntrico”, “peculiar”. A partir do século XIX, a palavra começa a ser usada como xingamento para caracterizar homossexuais e outros sujeitos com comportamentos sexuais aparentemente desviantes. No entanto, no final dos anos oitenta do século passado, o termo começa a ser apropriado por certos grupos LGBT no interior de um processo de ressignificação no qual o signifi-

cado pejorativo da palavra é desativado através de sua afirmação por aqueles a quem ela seria endereçada e que procurava excluir (BUTLER, 2017, p. 177 – 178).

Hoje, nos campos de produções de conhecimentos acadêmicos sobre Humanidades - através de (con)textos e(m) pesquisas desenvolvidas sob perspectivas propostas por teorias pós (ST. PIERRE, 2018) -, o termo *queer* foi subvertido em diversos de seus sentidos e(m) representações históricas (hoje, já consideradas “ultrapassadas”).

A palavra *queer*, que, até dados recortes de tempos históricos, era proferida sob intenções de ferir/discriminar - “emocional”, pessoal e/ou contextualmente - determinados sujeitos, considerados e (re)posicionados, sócio culturalmente, pelos demais, como estética e/ou performativamente “errantes”, “monstruosos”, “desviantes” e/ou “hereges”, hoje, em algumas “extensões” das Humanidades, consiste tanto como um conceito teórico, quanto como título de uma proposta teórica pós-estruturalista, dedicada a pós-analisar (ST. PIERRE, 2018) estes mesmos atos discriminatórios, operados sob regimes de preconceitos socioculturais - que, antes, o próprio termo *queer* “contribuía” para com manutenções e(m) reforços.

“O *queer*”, aos modos como, hoje, posso (re)pensá-lo e concebê-lo, como conceito e(m) propostas teóricas, se dedica a estimular produções e(m) desenvolvimentos de pesquisas pós-estruturalistas, de movimentos pós-analíticos investigativos, e de discussões/reflexões político-teóricas relativas a determinadas operações, práticas e(m) pensamentos cotidiano-contextuais – caracteristicamente socioculturais, históricos e político-educacionais –, potencialmente geradores de regimes de preconceitos, de diferenciações hierarquizadas e de in/exclusões (VEIGA-NETO; LOPES, 2010), de diversas “ordens”, dinamizadas, mantidas e praticadas entre determinados “subgrupos de sujeitos” - considerados, “hegemônica e identitariamente”, como “distintos”, uns dos outros.

Segundo pesquisas realizadas por Sara Salih: “o queer não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso a assimilação” (2015, p.19). Sob acordos a tal perspectiva, aqui, passo a considerar que a “teoria queer” volta suas atenções a determinadas questões sobre “como” os corpos tendem a ser, identitaria-mente (SILVA, 2017), imaginados (WULF, 2013) – geral-mente, como “monstruosos” -, pelos contextos e(m) cotidianos socioculturais que praticam e pensam nos cernes da sociedade e das culturas que partilham com os demais (corpos).

Voltaria, também, suas atenções e(m) investidas teórico-investigativas a pós-análises relativas à determinadas “eclosões e(m) manutenções” de regimes de violências socioculturais, históricos e político-educacionais - caracteristicamente normativos, violentos e excludentes -, pelos quais, estes corpos são, cotidianamente, submetidos, em diversos contextos relacionais que praticam, por conta das imagens (ALLOA, 2017) e(m) performances (BALL, 2010), “de/sobre si”, que (supostamente) expressam aos demais (corpos) através de suas (con)figurações corporais.

Atualmente, venho refletindo e (re)pensando sobre estas propostas teóricas (queer) – levando em consideração, para isso, obviamente, tanto estudos sobre as propostas teóricas queer, quanto estudos sobre outras questões desenvolvidas e propostas por outras teorias pós -, de modos que percebendo-as como espécie de propostas e(m) reflexões teóricas que voltam suas atenções e(m) investimentos investigativos aos diversos regimes e(m) mecanismos “geradores” de “prejuízos político-relacionais” - caracteristicamente político-históricos, socioculturais, relacionais e educacionais – praticados entre “subgrupos ‘identitarizados’ de sujeitos”, pelos quais, determinados corpos - considerados como “monstruosos, desviantes, hereges e/ou subversivos” às normas, sócio culturalmente hegemônicas, sobre (re)produções de identidades (SILVA, 2017) de “gêneros” e/ou de

“sexualidades” - são compulsivamente submetidos, (supostamente) por conta das (con)figurações estético-performativas corporais que (supostamente) os (re/des) montam como “expressões de/sobre si mesmos”.

Sob estas direções, passo a considerar que, ainda que as propostas teóricas “queer” dediquem suas atenções e investimentos a determinadas questões relativas aos corpos, sócio culturalmente, ditos e interpelados como “monstruosos, hereges e/ou desviantes”, estas propostas teóricas, “em si mesmas”, funcionariam/eclodiriam como espécie de “teoria pós, caracteristicamente político-social, voltada a investigações sobre os modos como determinadas imagens (ALLOA, 2017), e(m) operações e consensos socioculturais imaginários (WULF, 2013)”, hegemônicos, passam a contribuir e manter determinadas conjunturas político-relacionais operadas de modos que, caracteristicamente, sustentadas por regimes de preconceitos e discriminações entre determinados subgrupos de sujeitos.

Assim, passo a compreender as propostas queer como “dedicadas” a desenvolvimentos de pós-análises (ST. PIERRE, 2018) teóricas, que voltam suas atenções e investimentos investigativos a determinadas conjunturas relacionais, praticadas entre determinados (“subgrupos identitarizados” de) sujeitos (corpos) - (supostamente) (re)compostos como/por figuras e(m) estéticas/performances específicas”. Queer, aqui, portanto, se trataria de “uma espécie de análise de imagens estético-performativo-corporais, geradoras de regimes de preconceitos praticados entre sub-grupos de sujeitos, onde parte destes se expressam como sob acordos as normas, hegemônicas, socioculturais, e parte, “como desviantes”.

Sob tais apostas e(m) hipóteses, seriam movimentos potencialmente inférteis, às nossas atuais buscas e(m) intenções investigativas – pós-estruturalistas -, posicionarmos as propostas “queer” de modos que compreendendo-as como espécie de conceito e/ou teoria pós que dedica suas atenções, de modos que “diretamente”, aos *organismos corporais (materialidades orgânicas) dos sujeitos*.

Contudo, ressalto vir considerando-as como extensões de um conceito/uma teoria que demanda-nos, enquanto investigadores/as, determinadas considerações às conjunturas, ornamentações e(m) expressões estéticas, performativas (BALL, 2010) e também imagéticas (ALLOA, 2017) sobre as possibilidades de expressões dos sujeitos; buscando, a partir de então, desenvolver pós-análises (ST. PIERRE, 2018) sobre determinados modos de (re)produções estético-performativas - hegemonicamente consideradas como (supostamente) (im)possíveis -, sobre os atuais “modos” de/por (re/des)construções estetizadas dos corpos – considerando-os sob as condições de “corpos-sujeitos”, sempre interpelados por determinados regimes de inteligibilidades sob as tecituras das malhas e(m) contextos das relações interpessoais que, enquanto sujeitos, experimentamos ao longo da vida.

Segundo pesquisas realizadas por Guacira Louro: “não há corpo que não seja, desde sempre, dito e [e]feito na cultura; descrito, nomeado e reconhecido na linguagem, através dos signos, dos dispositivos, das convenções e das tecnologias” (2016, p, 84).

Penso então que, se sob acordos a tais considerações, em contextos teórico-investigativos dedicados a desenvolvimentos de reflexões/discussões investigativas, produzidas sob acordos e(m) aproximações às perspectivas e(m) propostas “queer”, talvez, seriam, ao menos, controversos, às nossas intenções, *quaisquer empregos de expressões “tipicamente” estruturalistas*, como, por exemplo: “corpo queer”, “sujeito queer” e/ou “vida queer”; uma vez que “queer”, se sob estas considerações pós-analíticas (ST. PIERRE, 2018), não se expressaria como conceito/teoria “passível” a quaisquer tentativas de/por territorializações, estruturações e/ou (re)definições teóricas. Corpos, sujeitos e vidas são estruturas – orgânicas, subjetivas e/ou práticas; e as propostas queer, são anunciadas como (a)pós-estruturalistas

Em um artigo intitulado “Critically queer”, Judith Butler escreve a seguinte passagem:

Eve Sedgwick’s recent reflections on queer performativity ask us not only to consider how a certain theory of speech acts applies to queer practices, but how it is that “queering” persists as a defining moment of performativity.’ The centrality of the marriage ceremony in J. L. Austin’s examples of performativity suggests that the heterosexualization of the social bond is the paradigmatic form for those speech acts which bring about what they name. “I pronounce you . . .”, puts into effect the relation that it names. But where and when does such a performative draw its force, and what happens to the performative when its purpose is precisely to undo the presumptive force of the heterosexual ceremonial? (1993, p. 17).

Aos modos como posso percebê-las, como já dito, as propostas queer não dedicam suas atenções e(m) investimentos, especificamente, às **estruturas** dos corpos orgânicos, nem a quaisquer “(re)arranjos e(m) (dis)posições identitárias de sujeitos”, **própria-mente ditas**; nem mesmo parecem-me ser insinuadas como propostas teóricas que pretendam pressupor determinados “modos/modelos” de vidas e/ou determinadas “expressões estético-performativas e corporais” (supostamente “fixadas”), que (supostamente) possam ser, “hegemônica e/ou teoricamente”, (re/des)consideradas como (supostamente) “monstruosas, incomuns, subversivas, hereges e/ou desviantes”, pelos/as demais.

As propostas e(m) dinâmicas teóricas queer, sob acordos a estas perspectivas, podem ser consideradas como pós-análises relativas “*àquilo*” que “*eclode*” **entre os corpos estetizados**, sócio culturalmente, sob as dinâmicas e(m) contextos das relações; como pós-análises voltadas a investigações sobre determinados regimes de tratamentos relacionais, “sustentados” por determinados regimes normativo-preconceituosos, caracteristicamente estético-performativos e **imaginários** (RUIZ, 2003).

Considerando a ideia de que a imaginação seja mais que a capacidade de trazer o ausente ao presente, seria a capacidade e(m) potencial, que dispomos,

enquanto espécie (humana), de/para (re)criarmos o mundo, e tudo o que nele há, sob acordos e(m) consensos de ideias estabelecidas sócio culturalmente entre o grupo de sujeitos que compõem determinada sociedade (WULF, 2013), as estéticas e(m) performances assim também o seriam – tanto as hegemônicas, quanto as consideradas “desviantes”.

A complexidade do humano não permite reducionismos de nenhum tipo, mas apela para a aplicação tensa de diversas dimensões. [...] No embate dialético, percebemos que o ser humano se abre ao mundo na medida em que cria uma imagem própria e singular do mundo. Por isso a razão é sempre um modo de pôr em imagens o sentido lógico. Admiramo-nos ao compreender que este sentido lógico se manifesta sempre implicado em formas simbólicas. O imaginário remete a um sem fundo humano criador que se expressa de modo simbólico-lógico. Um sem fundo humano que não se explica de modo absoluto já que se implica sempre de modo criativo em tudo o que realiza (RUIZ, 2003, p. 14-15)

Sob estas considerações, as propostas e(m) movimentos teóricos queer, aconteceriam através de pós-análises investigativas operadas (d)entre as relações estabelecidas entre determinados corpos, tendo como “energias de combustões” para suas dissidências os regimes de normas e(m) normatividades imagético-performativas, pelos quais, somos atingidos e interpelados, enquanto sujeitos e(m) sociedades, ao longo de nossas vidas.

Assim, os movimentos queer seriam compreendidos, aqui, como pós-análises dedicadas a investigar sobre “o que/como” determinadas imagens e(m) performances estético e/ou operativo corporais, hegemonicamente consideradas “abjetas”, tendem “a evocar” determinadas reproduções de regimes de preconceitos, estabelecidos pelos contextos das relações socioculturais praticadas entre “subgrupos identitarizados” de sujeitos.

Neste sentido, as propostas queer podem ser posicionadas, aqui, como dedicadas a investigar sobre determinados acontecimentos e(m) (e)feitos político-relacionais que eclodem, recorrentemente, como regimes de tratamentos

preconceituosos e excludentes dirigidos aos corpos sócio culturalmente considerados como “inadequados”, “monstruosos”, “hereges” e/ou “estranhos”.

Aos modos como posso (re)pensá-las Hoje, as propostas queer voltam suas atenções e(m) pós-análises às normas sobre as imagens e(m) performances dos corpos, considerando, a partir de então, seus impactos e(m) efeitos estético-perforativos nas tecituras das relações interpessoais praticadas entre determinados (subgrupos de) sujeitos.

Pensando sobre imagens, Emmanuel Alloa nos escreve o seguinte:

A lógica das imagens não pode ser resumir a uma gramática icônica: ela implica nos corpos aos quais elas se mostram e pelos quais elas podem se mostrar. [...] A “imagicidade” não depende em nada dos corpos representados. Imagens não são simples representações demonstrativas de uma significação já construída em outro lugar, são, ao contrário, mostrações originárias. [...] As imagens exibem, no seu funcionamento, o fundo dêitico de toda expressão (que diz respeito, portanto, igualmente a linguagem, discursiva), visto que, em sua singularidade, as imagens nos ensinam alguma coisa sobre fenômeno expressivo em geral. Se elas se abrem a decidibilidade, as imagens não têm, com tudo, lógos predicativo como horizonte ou télos. Na sua dimensão circunstancial, as imagens são, portanto, ao mesmo tempo mais e menos que a linguagem discursiva [e que o próprio corpo/objeto que elas mesmas (re/des) classificam enquanto o que se mostra] (2017, p. 32).

Considerando as propostas teóricas queer como “caracteristicamente” acordadas ao que propõem as teorias das *imagens* (ALLOA, 2017) e do *imaginário* (WULF, 2013), encontro possibilidades em suspeitar das, atuais, “aparentes” intenções e(m) tentativas de/por capturas e(m) enquadramentos deste *conceito/teoria, pós-estruturalista*, como “aquilo” que (supostamente) dedica suas atenções aos “corpos orgânicos”, “a determinados ‘subgrupos’ (identitalizados) de sujeitos” e/ou “modos de vidas”.

Assim, potencialmente, encontramos condições “mais amplas” para considerarmos tais propostas, como conceito/teoria dedicada a potenciais desenvolvimentos de pós-análises sobre os *fluxos e(m) regimes normativo-socioculturais*,

distribuídos, instaurados e mantidos por modos de representações e(m) inteligibilidades estético-imaginárias, caracteristicamente normalizadoras, e potencialmente geradoras de atos e(m) (e)feitos de regimes de violências e preconceitos diversos; dirigidos a determinados corpos que, hegemônica, sociocultural e estético-performativamente, são (im)compreendidos como “espécies de (con)figurações (supostamente) confusas, errantes, desviantes e/ou hereges”.

Segundo estudos desenvolvidos por Guacira Louro: “na medida em que o queer aponta para o estranho, para a contestação, para o que está fora do centro, seria incoerente supor que a teoria se reduzisse a uma “aplicação” ou a uma expressão de idéias fundadoras” (2016, p. 44) corpo estranho.

Passo a considerar, aqui, então, o conceito “queer” como investimentos e(m) ressonâncias de fluxos pós-analíticos, que dedica suas atenções a determinados “tipos recorrentes de dinâmicas relacionais”, acontecidas, entre (subgrupos de) sujeito, através de dinâmicas relacionais “tipicamente” fundamentadas por (des)ordens e(m) regimes de preconceitos e(m) *in/exclusões* (VEIGA-NETO; LOPES, 2010) socioculturais; estruturadas por/como regimes de (modos de) inteligibilidades estético-performativos – de matrizes socioculturais, político-históricas, imaginárias e educacionais – caracteristicamente normalizadores e normativos. **“Queer”, assim, não teria corpo, nem rosto, nem forma, nem cor, nem classe social; senão “apenas” (re)atravessamentos e(m) eclosões ressonantes, operativas e dinâmico-contextuais.**

As tentativas de/por territorializações das propostas queer, expressando-as como supostamente relativas a, e descritoras de, determinados “tipos de corpos”, além de, potencialmente, reduzirem as potências reflexivo-teóricas que nos são possíveis através destas propostas, aparentemente, também alude-nos a tentativas por instaurações “acadêmicas” de uma espécie de “estruturação orgânico-teórica” em propostas investigativas anunciadas como *pós-estruturalistas*.

Se as propostas “queer” tratam de contribuir para com desenvolvimentos de pós-análises sobre determinadas relações socioculturais praticadas entre “subgrupos de sujeitos” (caracteristicamente violentas, in/excludentes e preconceituosas), e sustentadas por determinadas concepções normativas sobre (supostas) idéias sobre normalidade/anormalidade de determinadas imagens e(m) performances corporais, então, *tal como no caso da teoria das imagens* (ALLOA, 2017), podemos considerar que “as extensões analíticas” operadas pelas propostas queer, não teriam “(um) lugar”, e, por que *pós-estruturalistas*, não se assentam nem mesmo nas extensões corporais pelas quais *acontecem através dos regimes de relações*, nem nas vidas *(re)atravessadas* por tais regimes de preconceitos.

Assim, as *políticas* queer, só acontecem nos/pelos contextos das relações e(m) modos de mostrações e(m) inteligibilidades estético-performativas dos corpos, hegemonicamente considerados “estranhos”. “Queer”, assim, não consistiria como “o próprio corpo/sujeito”, submetido a regimes de preconceitos, senão, como as práticas relacionais, caracteristicamente preconceituosas, violentas e in/excludentes, vividas, por determinados corpos, “por conta” das imagens que expressam, “sobre si mesmos”, nos contextos das relações e(m) práticas cotidiano-sociais que praticam e pensam.

Hoje, os corpos orgânicos tendem a ser compreendidos como mapas semantizados estético-performativamente – homem/mulher, criança/jovem/velho, 2 braços, 1 boca, etc. -, e, assim, quaisquer tentativas por potenciais buscas de reivindicações teóricas, que pretendam “*atestar*” as propostas queer como relativas a determinado(s) “tipo(s) de corpo(s)”, e não como “aquilo” que, teoricamente, pós-analisa, denota e reflete sobre determinadas considerações às normas, leis, regras e(m) normatividades – político-históricas, socioculturais e educacionais - estético-performativas (específicas), impostas aos corpos como *regimes restritos* de/por “modos (hegemonicamente) considerados (im)possíveis de/para (re)

construções e(m) expressões ‘dos figurinos’ de si mesmo”, me parecem tentativas de/por investimentos teóricos dirigidos sob intenções de estruturar um conceito/teoria, (a)pós-estrutural, enquanto espécie de “*estrutura identitária*”.

“Dentre as imagens sobre este único corpo, qual destas pode ser considerada queer” (!)?



William Scheidegger, 2020



William Scheidegger, 2020



William Scheidegger, 2020



William Scheidegger, 2020

Segundo pesquisas desenvolvidas por Kathryn Woodward (2014):

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório implica um princípio de diferença a uma população de William Scheidegger, 2018 William Scheidegger, 2018 William Scheidegger, 2020 William Scheidegger, 2019 forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles [...] eu/outro (p. 40).

“Quais seriam as atribuições estético-performativas de estranhezas” que (supostamente) “poderiam tornar” um corpo como “identidade-queer”? Quais *(re/des)classificações, normas, regras, leis e(m) “inteligibilidades” – teóricas, imagéticas e/ou performativas - “deveríamos” (re)inventar (ou já estamos (re) inventando) para que (supostamente) determinado corpo possa ser reconhecido como um corpo queer? Novas estruturas estético-normativas em propostas pós-estruturalistas(?)*.

Cada vez mais, corpos que, sócio culturalmente, têm suas estéticas e/ou performances recorrentemente consideradas, pelos/as demais, como “monstruosas”, “desviantes”, “errantes” e/ou “hereges”, tem reivindicado, nas universidades, “para si”, *o conceito/a teoria queer* como espécie de rotulação e(m) abrigo identitário; como se, de algum modo, este *conceito/teoria* coubesse/servisse como identidade de/para *(re/des)classificações* de “tipos/subgrupos de sujeitos”.

As propostas queer, sob considerações as reflexões e(m) debates desenvolvidos até aqui, encontram condições por serem percebidas como atribuições a um conceito/uma teoria desenvolvida sob anúncios de experimentações e(m) acordos ao que nos propõem as próprias “teorias pós” - dedicadas a pós-analisar os regimes normativo-relacionais *(re/im)postos*, a nós, através de determinados “modos relacionais” praticados entre sujeitos, a partir de operações sociocultu-

rais caracteristicamente preconceituosas e in/excludentes, que tendem a reforçar determinadas normas e(m) normatividades socioculturais sobre alguns modos/modelos específicos de expressões e(m) apresentações das imagens e(m) performances de um (suposto) “si mesmo”, *frente as (con)vivencias e(m) coletivos socioculturais*; onde algumas (con)figurações estéticoperformativas corporais são hegemonicamente consentidas e assumidas enquanto “normais”, e outras como “anormais”.

Assim, a teoria/o conceito queer trataria de pós-analisar determinadas *ideias e(m) consensos imaginários* (WULF, 2013) que, normativa, e sócio culturalmente, tendem a resultar em práticas e em pensamentos de discriminações e(m) preconceitos estabelecidos, relacionalmente, entre determinados (“subgrupos de”) sujeitos – estetizados e identitarizados.

Neste sentido, as *propostas* teóricas queer estudariam e pós-analisariam determinadas crenças e(m) *mitos* (FERREIRA-SANTOS; ALMEIDA, 2012) socioculturais, educacionais e político-históricos, potencialmente geradores e mantenedores destes próprios regimes relacionais, sustentados por atos e políticas de violências, preconceitos e(m) *in/exclusões* relacionais e socioculturais.

As propostas queer, sob estas perspectivas, não seriam sinônimo dos corpos que sofrem prejuízos socioculturais, político-históricos e/ou educacionais, por que submetidos a “estes regimes” de tratamentos in/excludentes, mas pode consistir como *espécie de estímulos por desenvolvimentos de práticas investigativas pós-analíticas que voltam suas atenções a determinados (e)feitos e(m) acontecimentos relacionais – in/excludentes e violentos – praticados e pensados, recorrentemente, pelos sujeitos, a partir de determinados modos de perceber e interpretar determinadas imagens e(m) performances corporais hegemonicamente consideradas como “a/típicas”*.

As propostas queer, então, se concebidas sob estas direções, podem ser assumidas como propostas caracteristicamente pós-analíticas, voltadas a desenvolvimentos de investigações relativas a determinados regimes relacionais, caracteristicamente político-históricos, educacionais e socioculturais. E, considerando a idéia de que nenhum corpo orgânico consista, de fato, enquanto política, história, sociedade e/ou cultura “em/como si mesmo”, senão como extensão orgânica pela qual (re)produzimos, praticamos e (re)pensamos estes próprios princípios e(m) ações performadas no plano que denominamos “real”, as propostas queer tratariam, senão, de nos propor “ferramentas” para que pós-analisemos determinados (e)feitos e(m) acontecimentos, socioculturais e relacionais, específicos, sofridos por determinados corpos, por conta de seus modos de expressões estético-performativas. *Queer seriam acontecimentos/roteiros político-relacionais, não sujeitos/personagens.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito/a teoria queer, tende a ser muito *citada* em pesquisas acadêmicas sobre sexo, gênero e sexualidade, quando desenvolvidas sob perspectivas propostas por “teorias pós” (ST. PIERRE, 2018), e, em determinadas extensões, considero que venha contribuindo bastante para o desenvolvimento de ideias, reflexões e(m) perspectivas potencialmente interessantes e provocadoras sobre diversas questões e(m) problemáticas que, atualmente, enfrentamos.

Todavia, vale ressaltar que, tratando-se de teorias pós, quaisquer tentativas de/por “fixações, definições, determinações e/ou enquadramentos teóricos” expressam paradoxos frente a estas mesmas propostas pós-estruturalistas e, neste sentido, estarmos atentos/as aos nossos próprios discursos pode consistir como prática e ferramenta valiosa por produções de pesquisas pós-estruturalistas que, potencialmente, *apliquem – de maneiras práticas e teóricas -, estas próprias*

concepções, ideias e(m) hipóteses investigativas propostas pelas teorias pós.

Não é suficiente resgatar a linguagem de sua mera função instrumental e restituí-la como manifestação primária daquilo que somos e fazemos. Além de autocompreendermo-nos como seres da linguagem, temos de contemplar a trama simbo-lógica que subsiste nela. A reflexão hermenêutica contemporânea deu destaque ao sentido como dimensão constitutiva da linguagem; nossa tarefa agora é nos aproximarmos um pouco mais da linguagem e perceber que esse sentido não é uma mera construção lógica e que ele está configurado, também, pela dimensão simbólica. A linguagem é sempre uma forma simbo-lógica de expressar-nos e de articular nossa prática. Isso nos remete ao discurso não mais como uma construção estritamente lógica, mas como uma construção essencialmente mito-lógica (RUIZ, 2003, p. 15-16).

Encerrando este (con)texto, ressalto e expresso que a *luminologia* (MOREIRA, 2021), aqui, deve ser buscada, neste (con)texto como espécie de expressões e(m) práticas que suturam esta própria produção – uma vez que buscar por explicá-la, mapeá-la seria o mesmo que estruturá-la, o que não cabe enquanto intenção. *A luminologia é uma prática (a)pós-estruturalista.*

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. Critically queer. GLQ, vol. 1, p. 17-32, 1993.

SILVA, T. T. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. História da sexualidade: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015, c.

WULF, C. Homo Pictor: imaginação, ritual e aprendizado mimético no mundo globalizado. São Paulo, Hedra, 2013.

LOURO, G. L. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, a.

ALLOA, E. (org.). Pensar a imagem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, J. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

FERREIRA-SANTOS, M.; ALMEIDA, R. Aproximações ao imaginário: bússola de investigação poética. São Paulo: Képos, 2012.

ST. PIERRE, E. Uma história breve e pessoal da pesquisa pós-qualitativa: em direção à “pós-investigação”. *Práxis Educativa*, p. 1044-1064, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: rizoma. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v. 1, Editora 34, 1ª Ed., 1995.

BAKER, K. Encontrando o meu caminho para a a/r/tografia. *Revista VIS: Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arte*, 16(2), 8-26.

MAFFESOLI, M. *A república dos bons sentimentos*. São Paulo: Iluminuras LTDA, 2009.

MOREIRA, W. S. *Luminologia e(m) Educação, (à)pós-loucura: uma proposta sinest-analítica: Corpo, Educação, Arte, Literatura e Filosofia em foco*. Dissertação. Rio de Janeiro, 139 p., 2021

doi: 10.48209/978-65-84959-04-2

CAPÍTULO 2

GÊNERO, PODERE LITERATURA: O FOLHETO DE AUTORIA FEMININA NA PARAÍBA

José de Sousa Campos Júnior¹

¹ Doutor em Literatura e Interculturalidade pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
E-mail: c.josedesousa@yahoo.com.br.; ORCID 0000-0003-2568-494X.

Resumo: O objetivo deste trabalho é traçar um panorama sobre a produção paraibana de folheto nordestino de autoria feminina a partir da análise e interpretação das informações catalogadas sobre as mulheres enquanto autoras de folheto, atentando para as seguintes variáveis: ano de publicação, número de autoras de folhetos e número de textos produzidos. A partir dessas informações, levantaremos hipóteses e reflexões que nos ajudem a entender o contexto cordelístico da Paraíba, considerando, para isso, as discussões resultantes das relações de gênero, uma vez que os espaços são permeados pela dualidade homem x mulher, o que influencia e/ou determina a nossa sociedade e suas manifestações culturais, inclusive a historiografia do folheto no referido Estado. Assim, a interpretação e análise desses recursos quantitativos pretendem analisar o espaço ocupado pelas mulheres autoras no que se refere ao contexto literário local.

Palavras-chave: Literatura paraibana de autoria feminina; Gênero; Cânone; Folheto; Regionalismo literário.

INTRODUÇÃO

Em pesquisa realizada em momento anterior, na qual catalogamos as escritoras paraibanas com obras publicadas entre a década de 1920 e 2013², percebemos que dentre os gêneros literários com menor índice de produção se encontra o folheto de cordel. Esse fato pode ser explicado em razão do início da tradição deste gênero literário remontar ao final do século XIX e, conseqüentemente, ser fortemente marcado pela presença masculina, configurando-se como um produto cultural produzido quase exclusivamente por homens, até surgirem mulheres cordelistas por volta do último quartel do século XX.

2 Refiro-me à minha pesquisa de mestrado desenvolvida entre 2013 e 2015 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (UEPB) e intitulada “*A sombra da gameleira*”: *literatura contemporânea e os rumos da produção feminina na Paraíba*. O levantamento em questão serviu como base para a discussão e reflexão em torno da literatura paraibana de autoria feminina, tomada em seus aspectos literários, socioeconômicos e mercadológicos. O catálogo integrante da pesquisa reúne pouco mais de 350 nomes de escritoras paraibanas sob o critério principal de já terem publicado livro, seja individualmente ou em coletânea, sem delimitação temporal ou de gênero literário, e foi lançado em formato de livro em 2017 com o título *Dicionário de escritoras paraibanas*.

Sendo assim, a mulher surgiu há pouco tempo no âmbito da autoria de folhetos e elas ainda são poucas. Isso se deve a questões culturais, sociais e de gênero que reservaram para a figura masculina o espaço da produção cordelística, sendo responsáveis por esse cenário de exclusão da figura feminina na autoria de folhetos, uma vez que o surgimento do folheto está associado ao ambiente público: as cantorias e pelejas apresentadas em feiras e em outros espaços públicos. Isso significa que, além do ato de escrita em si, existia também a necessidade das aparições em público enquanto poetas populares, e isso consistia em um obstáculo às mulheres, visto que eram espaços protagonizados por homens, cabendo às mulheres simplesmente compor a plateia.

Em contraposição a esse contexto, temos, atualmente, notícias até de poetas mulheres que estão se organizando em grupos a fim de valorizar a tradição do folheto e de dar visibilidade à autoria feminina, a exemplo do grupo que integra o blog *Cordel de Saia*, espaço digital criado por Rosário Pinto e Dalinha Catunda com a finalidade de incentivar e divulgar cordéis de autoria feminina, prioritariamente, mas não excluindo a participação masculina no blog. Entretanto, a ação destas cordelistas do Ceará não se limita ao espaço da internet, elas proferem palestras e participam de feiras literárias e eventos similares, dando visibilidade e representando as mulheres que escrevem folhetos.

Em contexto paraibano ainda é tímida a produção de cordéis por mulheres. Nesse sentido, neste trabalho traçaremos um panorama sobre a produção de folhetos nordestinos de autoria feminina a partir da análise e interpretação dos dados catalogados, atentando para as seguintes variáveis: ano de publicação, número de autoras de folhetos e número de textos produzidos. Procuraremos entender o contexto da produção de folhetos na Paraíba considerando as discussões em torno da categoria gênero, analisando como as relações entre o espaço masculino e o feminino incidiram sobre a historiografia do folheto nordestino no referido Estado.

Os dados foram construídos a partir de um levantamento de nomes de autoras que publicaram folhetos na Paraíba, inicialmente, sem uma delimitação de período e com foco nos folhetos impressos vendidos em bancas de revistas.

FOLHETO NORDESTINO: GÊNERO E PODER NA PARAÍBA

Iniciamos esclarecendo que chamaremos, aqui neste trabalho, esta produção literária de folheto nordestino ou simplesmente de folheto, em oposição à nomenclatura “literatura de cordel”, uma vez que esta denominação se aplica mais adequadamente ao cordel produzido há séculos em Portugal, como aponta Márcia Abreu (1999, p. 17-18):

antes de tudo, é preciso esclarecer uma questão terminológica. Apesar de, atualmente, utilizarmos o termo ‘literatura de cordel’ para designar as duas produções, os autores e consumidores nordestinos nem sempre reconhecem tal nomenclatura. Desde o início desta produção, referiam-se a ela como ‘literatura de folhetos’ ou, simplesmente, ‘folhetos’. A expressão ‘literatura de cordel nordestina’ passa a ser empregada pelos estudiosos a partir da década de 1970, importando o termo português que, lá sim, é empregado popularmente. Na mesma época, influenciados pelo contato com os críticos, os poetas populares começam a utilizar tal denominação.

Nos séculos XVIII e XIX publicava-se todo tipo de texto no suporte cordel: desde receitas, até notícias, romances e peças teatrais. Ou seja, o cordel não é um gênero literário e sim uma fórmula editorial, em cujo interior encontravam-se variados gêneros textuais, configurando-se como ponto de unificação a fórmula editorial: “não se trata, portanto, de uma modalidade literária, de um gênero literário, e sim de um gênero editorial. Talvez por isso as tentativas de definição tenham recaído com tanta ênfase sobre o aspecto material e sobre as formas de venda dessas publicações” (ABREU, 1999, p. 25). O aspecto físico ou material acabou sobrepondo-se às questões temáticas e estilísticas no momento de conceituação do folheto, e este conceito é o que perdura na maioria dos livros didáticos do ensino fundamental e médio das escolas públicas.

O que aconteceu é que se transplantou para o Brasil, por meio dos colonizadores, o cordel como gênero editorial, passando-se a registrar em suas páginas as pelejas e causos dos cantadores nordestinos. Isto significa que é preciso desnaturalizar a noção de que o folheto nordestino é derivado ou herdeiro do cordel português em termos de estética literária.

No final do século XIX, um grupo de poetas e cantadores conhecidos como o Grupo de Teixeira, provenientes da Serra de Teixeira, no sertão da Paraíba, foi o pioneiro na modalidade oral do folheto nordestino, que começou a adquirir características como as que conhecemos hoje. Já no início do século seguinte, foram Leandro Gomes de Barros e Chagas Batista os pioneiros na modalidade escrita do gênero. Assim, o folheto, mesmo sendo escrito em versos, costuma ser um gênero narrativo com métrica e versificação fixas: utiliza-se sextilhas ou heptassílabas, distribuindo-se as rimas na sequência ABCBDB.

Portanto, o folheto surge da tradição oral nordestina e é considerado uma manifestação da literatura popular. Essa característica faz com que esse gênero seja vítima de preconceito, uma vez que as noções de literatura oral e de literatura popular não são bem recepcionadas por muitos estudiosos e críticos que ainda são fortemente devotos de uma tradição literária escrita e erudita. O popular, na percepção desses indivíduos, se apresenta de menor valor literário e consequentemente não canônico. As formas populares são marginalizadas pelo cânone em virtude de uma visão elitista, que valoriza primeiramente a cultura escrita em detrimento de manifestações advindas da oralidade. Por isso, ainda há aqueles que não concordam com a expressão “literatura oral”, em razão desta se contrapor ao grafocentrismo, fortemente valorizado e mantido pela sociedade em geral. Ou seja,

desconsiderando os modelos de valoração estética nascidos da apreciação das ‘grandes obras’ e partindo para um questionamento do nosso conceito de literatura. Afinal, a definição dominante de literatura circunscreve um espaço privilegiado de expressão, que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros, o que significa que determinadas produções estão excluídas de antemão (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 12).

Essa questão encaminha a produção de folhetos a um contexto de marginalização. Aliado a isso, outro fator a ser destacado é o fato dessa tradição se configurar como uma tradição masculina. Mesmo não sendo considerada canônica, que também tem uma tradição essencialmente masculina, a produção de folhetos é herdeira do universo masculino das pelejas e dos desafios entre poetas e repentistas. As mulheres não podiam participar de tais manifestações culturais em razão das regras sociais da época que reservava para elas o lugar de plateia e, posteriormente e em menor grau, de leitoras, visto que esses sujeitos não tinham os mesmos direitos que os homens no que se refere ao acesso à educação. Esse fato é importante na medida em que podemos afirmar que as relações entre homens e mulheres na sociedade nordestina são demarcadas por fatores econômicos, culturais e também pela questão de gênero, resultando em uma sociedade patriarcal e machista, que se refletirá em todas as manifestações culturais desse contexto.

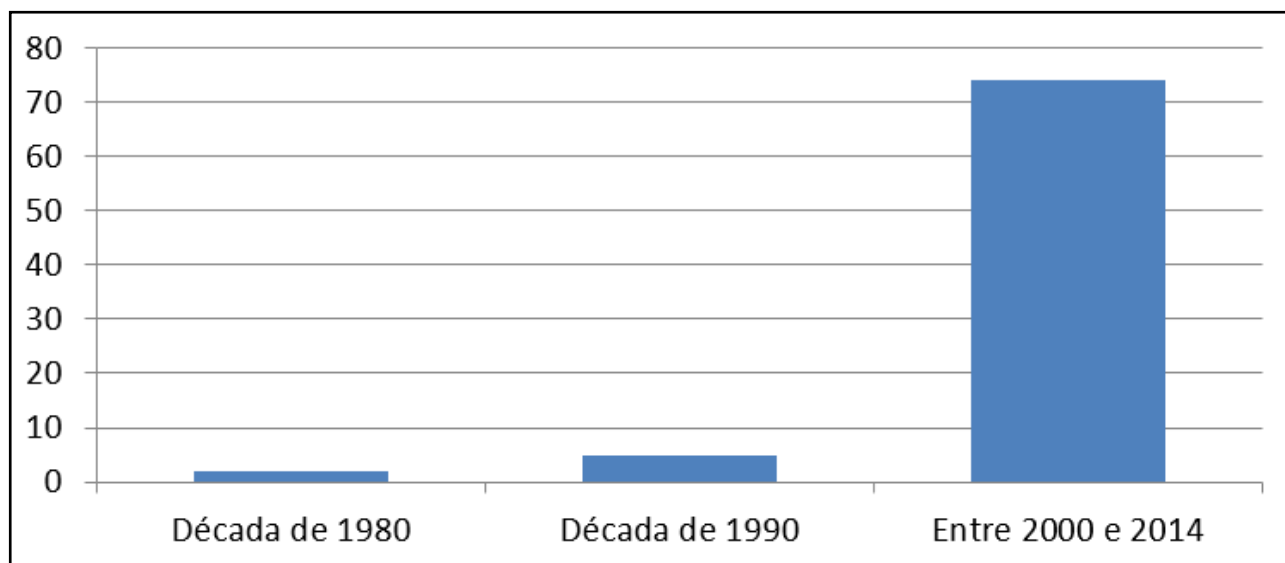
Assim, se o folheto já é marginalizado em virtude de seu aspecto popular e por ter uma ligação íntima com a oralidade, para as mulheres é ainda mais difícil quebrar esse cerco porque elas ainda precisam lidar com as armadilhas criadas pelas relações de gênero. O contexto de produção dos folhetos foi, e ainda é, excessivamente masculino, o que é reflexo de uma sociedade alicerçada em bases patriarcais, nas quais às mulheres eram destinadas funções diversas das dos homens, alocando-as em lugares sociais de menor prestígio, geralmente reservando uma posição que não as levassem ao espaço público.

As pelejas, cantorias e desafios que deram origem ao folheto impresso eram ações públicas, nas quais havia uma forte interação com a plateia. Muitas vezes essas manifestações orais utilizavam-se do discurso preconceituoso fortemente presente naquele contexto: “outro recurso consistia em depreciar o oponente, negando as virtudes por ele apregoadas, maldizendo seu comportamento moral, sua cor, origem social, aspecto físico, apresentando, enfim, um conjunto de ‘desa-

foros” (ABREU, 1999, 76). Esse discurso preconceituoso influenciou tematicamente os folhetos, os quais trazem em seu bojo preconceitos contra condutas ou indivíduos que são considerados diferentes das normas mantidas pela parcela da sociedade detentora da função de mantenedora da “moral e dos bons costumes”, assim, grupos marginalizados, como negros, homossexuais e mulheres, são, na maioria das vezes, representados de forma estereotipada e, portanto, preconceituosa.

Assim, o discurso erigido pelos grupos dominantes é responsável pela delegação de espaços inferiores para grupos que, na perspectiva do dominante, não estão autorizados a compartilhar espaços de poder com eles, pois, como defende Foucault, em toda sociedade, a produção do discurso é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2012, p. 8-9). Os dispositivos de controle do discurso atuam na intenção de silenciar determinados indivíduos, dificultando ou negando o seu acesso ao poder de fala, ou, simplesmente, fazendo com que as vozes que, eventualmente, rompam a barreira discursiva não encontrem seus interlocutores.

No próximo gráfico observaremos a quantidade de escritoras de folheto publicadas a partir da década de 1980, uma vez que não foram encontrados na catalogação folhetos de autoria feminina publicados antes dessa data, até a data limite de 2014. Os dados foram obtidos a partir do levantamento de nomes de autoras de folhetos presentes em três arquivos: acervo pessoal (folhetos comprados principalmente nas livrarias e bancas de revista em Campina Grande – PB); a catalogação presente no *Dicionário de escritoras paraibanas* (2017); e o livro intitulado *Acervo de Cordel Leandro Gomes de Barros: catálogo bibliográfico* (2013):

Gráfico 1: Década de publicação dos folhetos de autoria feminina na Paraíba.

Fonte: Levantamento realizado pelo autor (2022).

A maior parte dos folhetos foi produzida a partir do ano 2000³, poucos mais de 70, o que revela que as mulheres adentraram há bem pouco tempo no âmbito da produção de folhetos, reforçando a noção de que se trata de uma tradição literária masculina. De acordo com essa perspectiva, as mulheres aparecem representando casos de exceção, ou seja, fogem a regra geral dita canônica, seja no que se refere a um cânone do folheto nordestino ou até mesmo em se tratando do cânone literário em seu sentido amplo. Não lhes eram conferidos nenhum tipo de oportunidade, não eram dignas de atuarem em nenhuma área do conhecimento.

Isto significa que com o passar do tempo e o consequente desenvolvimento da sociedade brasileira em direção a um gradual acesso das mulheres aos modos de produção cultural. No caso do folheto, há um retardamento maior ainda em relação ao surgimento de mulheres cordelistas quando comparado aos outros gêneros literários. Na poesia, por exemplo, gênero mais produzido no estado da

³ As autoras que publicaram folhetos a partir dos anos 2000 são as seguintes: Helvia Callou; Maria Godelivie; Almira Araújo Cruz Soares; Shirley Farias; Maria Julita Nunes; Célia Castro; Maria da Piedade Corrêa; Maria de Fátima Coutinho; Salete França; Ivonete Coriolano Guedes; Dalva Mendonça; Josefa Lurdinete Pessoa Moreira; Cícera de Sousa Oliveira; Maria Nelcimá de Moraes Santos. Já na década de 1990 figuram os nomes de Maria de Lourdes Nunes Ramalho, Magna Consuêlo Vieira de Medeiros e Zilma Ferreira Pinto. E, por fim, na década de 1980, as autoras Maria das Neves Batista Pimentel e Helvia Callou publicam, respectivamente, um folheto.

Paraíba, a primeira publicação registrada no Dicionário de escritoras paraibanas (2017) é o livro de poemas *Cirrus e nimbus*, publicado em 1924 em João Pessoa, de autoria de Eudésia Vieira.

Nos anos 2000 houve um grande salto em número de publicações em razão do desenvolvimento dos instrumentos gráficos e editoriais. Esses números mostram que a mulher vem ganhando espaço no cenário das letras na Paraíba, mas que ainda não é um espaço suficiente ou reconhecido pelo seu valor literário. No entanto, enfatizamos que esse aumento do número de escritoras e de publicações não mantém uma relação direta com o reconhecimento e divulgação dessa produção. Esse fato contribui para que ela permaneça marginalizada, elegendo-se poucos nomes tidos como representantes dessa literatura, sendo assim, o aumento de publicações não significa um reconhecimento imediato. O eventual destaque dado pela crítica literária a alguma escritora, porém, geralmente partiu de uma constatação do que já estava evidente. Ou seja, como não havia mais a possibilidade de ignorar o destaque de autoras e obras isoladas, em alguns casos, ocorreu a “oficialização” do reconhecimento já verificado pelo destaque estadual e/ou nacional. Essa constatação é reflexo das estratégias usadas pelo grupo dominante da sociedade para manter o mesmo esquema de distribuição de poder social.

Nessas sociedades patriarcalistas demorou para que a figura feminina começasse a adentrar em alguns espaços de produção do conhecimento: “constatou-se uma regra geral de que o patriarcalismo, permeando a crítica literária, tendia a anular ou marginalizar a escrita da mulher” (BONNICI, 2007, p. 38). O cânone foi se transformando, ao longo dos séculos, em um espaço masculinista, logo, um espaço excludente, que exclui também, vale salientar, os homens que não se encaixam nos pré-requisitos de heterossexualidade, branco, morador de centro urbano e com um bom poder aquisitivo.

Essa centralização do poder, tratada acima, faz com que as outras regiões fiquem à margem e/ou alheia ao que é produzido no centro do poder. No Brasil, por exemplo, fora do eixo Rio-São Paulo torna-se bem mais difícil para um es-

critor ficar conhecido nacionalmente, diria até fora da região Sudeste do país. Por ser a região mais rica do país, o Sudeste fornece mais condições culturais e materiais (aspecto financeiro, editorial) para jovens escritores. Além disso, as regiões Sudeste e Sul do Brasil concentram o maior número de leitores do país, daí o montante de editoras, livrarias, universidades, teatros, redes de televisão, que consomem também muito das escritas ao serem traduzidas para telenovelas, filmes e seriados transmitidos em rede nacional. Um fator fundamental que interfere nesses aspectos, além do político e econômico, é o geográfico: o Brasil possui dimensões continentais, que ocasionam uma divisão em diversos núcleos concentradores de poder em razão de suas peculiaridades regionais e culturais.

A formação dessas ilhas culturais dificultava a busca por uma unidade literária. Se o que chegava aqui, de influências de diversas ordens, já era filtrado por Portugal ou por outros países da Europa, não havia uma recepção homogênea, e muito menos uma produção. Dessa forma, deve-se considerar o conjunto dessas ilhas culturais, cada uma com sua contribuição entre semelhanças e diferenças, para a formação de uma identidade literária nacional. Vale salientar que o apogeu de cada ilha cultural mostra o caminho econômico seguido pelo país: começou na região Nordeste, com o auge da produção cacaueteira da Bahia e da cana de açúcar em Pernambuco; depois foi sendo transferido para o Sudeste: Minas, com a exploração do ouro; Rio de Janeiro, com a vinda da família real portuguesa; e, posteriormente, São Paulo, com a plantação cafeeira, cuja economia o transformou no estado brasileiro mais rico. Isso também se reflete na formação do cânone literário: a maioria dos escritores incluídos nesta lista é proveniente dos grandes centros econômicos, além disso, o cânone ocidental “é composto principalmente de obras escritas por autores brancos, masculinos e que pertencem às nações hegemônicas” (BONNICI, 2007, p. 38). Em se tratando de uma nação o perfil do autor canonizado segue os mesmos critérios. Dessa forma, o cânone se configura como uma entidade de cunho falocêntrico, cujos critérios de inserção podem ser repensados atualmente, isto significa que o

processo de construção do cânone literário tem sido objeto de análises cujos resultados mostram que o cânone está intimamente ligado à educação, classe, raça, etnia, colonização, economia, diferença sexual e de gênero. Desmoronou a doutrina segundo a qual a formação do cânone literário tem sido estritamente impessoal, objetiva, conforme regras estéticas independentes. Constatou-se que o cânone é uma fabricação submetida a limitações sociais, políticas e institucionais (BONNICI, 2007, p. 38).

Não é o aspecto estético da obra que predomina na escolha de autor para a lista canônica. Ao contrário, os outros aspectos mencionados na citação acima são tão importantes quanto o valor estético, a saber, o gênero do autor, sua origem social, racial, étnica e geográfica, e o fator econômico. Por isso, as mulheres, negros, pobres, favelados e homossexuais permaneceram excluídos dessa listagem até bem pouco tempo. Aliás, alguns ainda permanecem marginalizados (como os negros, favelados e homossexuais), enquanto outros grupos minoritários (como as mulheres) aos poucos estão conseguindo espaço.

Nesse sentido, o lugar de onde se fala, ou seja, o lugar geográfico de vivência do indivíduo acrescido dos aspectos econômicos, sociais, culturais e sexuais, atua diretamente no fato de conseguir ou não a legitimação de sua manifestação artística. Nesse caso, estamos tratando de uma literatura produzida em um dos estados da região Nordeste do país (região esta considerada a mais pobre e com o maior índice de analfabetismo), que dentre os estados desta região é um dos menos populosos e com menos destaque da região (comparado ao que a grande mídia transmite dos outros estados); e uma literatura produzida por sujeitos (as mulheres) que, embora venham ocorrendo mudanças, ainda sofrem discriminação e têm que concorrer com a forte tradição literária falocêntrica. Além da questão sexual existe a geográfica: as autoras são nordestinas, região que sofre uma histórica discriminação em diversos aspectos. Isso tudo dificulta uma busca por legitimação da literatura paraibana, sobretudo a produzida por mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres, ao longo da história da humanidade, foram excluídas dos espaços públicos e foram impedidas de exercerem direitos fundamentais, como a livre expressão e o acesso à educação e a bens de consumo culturais, o que afetou de maneira decisiva a sua participação na produção dos bens culturais. No contexto de produção do folheto nordestino essa situação é agravada em razão da tradição dessa manifestação se configurar como uma tradição masculina, enraizada no pensamento social nordestino e fortemente alimentada pelo discurso hegemônico, que se reflete nos folhetos.

Assim, a questão de gênero marca uma diferença negativa em relação às mulheres. Não se trata somente de um discurso que quer se manter no poder à custa da exclusão e silenciamento de grupos marginalizados, a questão de gênero enquanto construção social do que é ser mulher ou homem engendra uma economia afetiva, que, segundo Pelbart (2011), é responsável por manter um determinado tipo de dinâmica social sustentadora de uma construção social utilizada em favor de determinado grupo. Logo, essa noção pode ser usada tanto pelo opressor quanto pelo oprimido, uma vez que atua na constituição das dinâmicas solidárias grupais a fim de manter relações de poderio ou de interferir no *modus operandi* do grupo que quer cultivar seu poder perante as outras parcelas populacionais.

Mas não é tão simples assim, essa parcela da população fala de um lugar social antagônico ao lugar do grupo hegemônico (homens brancos, heterossexuais e com boa condição financeira) e produz o que se costuma chamar de literatura marginal: “a Literatura Marginal, sempre é bom frisar, é uma literatura feita por minorias, sejam elas raciais ou socioeconômicas. Literatura feita à margem dos núcleos centrais do saber e da grande cultura nacional, isto é, de grande poder aquisitivo” (FERRÉZ, 2005, p. 12). Então, há uma desvantagem inicial fundamental, pois este último grupo detém o poder econômico e político há séculos, não é tão fácil modificar as estruturas que alicerçam o cânone, já que são pilares

constituídos por estes grupos, “portanto, ao lado da discussão sobre o lugar da fala seria preciso incluir o problema do lugar de onde se ouve” (DALCASTAGNÈ, 2002, p. 72). Mais que lutar pelo direito de participação da vida literária de um país, as minorias precisam ser ouvidas, diante de um difícil jogo comercial e editorial, cujas regras também merecem uma revisão. Porém, quando perguntamos ouvidas por quem sabemos qual a resposta: “pelo grupo dominante”. Por isso, é necessário mudanças de paradigmas na estrutura basilar da sociedade para que haja espaço para contestações como essas e para que outras parcelas sociais possam ter o direito de se pronunciarem e de serem ouvidas. Isso quer dizer que

os constrangimentos do discurso de grupos marginalizados não se esgotam, é claro, dentro do campo literário – trata-se de um problema mais amplo, próprio de uma sociedade marcada por desigualdades. No entanto, da mesma forma que é possível pensar na democratização da sociedade, incluindo novas vozes na política e na mídia, podemos imaginar a democratização da literatura. A inclusão, no campo literário talvez ainda mais do que nos outros, é uma questão de legitimidade (DALCASTAGNÈ, 2002, p. 74).

As produções das minorias são legítimas tanto quanto as do grupo dominante. Assim, considerando a produção paraibana enquanto literatura de minoria. Portanto, reconhecer essa legitimidade não é um favor, significa respeitar manifestações advindas de diferentes meios sociais, ampliando o horizonte de leitura do público e democratizando o campo da arte literária. Esse processo, porém, é lento e requer esforço desses sujeitos colocados à margem e de todos os atores envolvidos, como os críticos e pesquisadores que defendem tal causa, sobretudo nas regiões fora dos centros econômicos do país, as quais ainda precisam lutar para se destacar em âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.
- BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.

CAMPOS JÚNIOR, José de Sousa. **Dicionário de escritoras paraibanas**. João Pessoa: Editora Ideia, 2017.

_____. **“À Sombra da Gameleira”**: literatura contemporânea e os rumos da produção feminina na Paraíba. 239 p. 2015. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade - PPGLI) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2443>.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura contemporânea**: um território contestado. Vinhedo, Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

_____. **Uma voz ao sol**: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. Revista Estudos de Literatura Brasileira contemporânea, nº20. Brasília, julho/agosto de 2002, p.33-87.

FERRÉZ. Terrorismo literário. In: _____ (org.). **Literatura marginal**: talentos da escrita periférica. Rio de Janeiro: Agir, 2005, p. 9-14.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO. **Acervo de Cordel Leandro Gomes de Barros**: catálogo bibliográfico. Coordenação Nadígila da Silva Camilo. João Pessoa: FCJA, 2013.

PELBART, Peter Pál. A vida (em)comum. In: _____. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 17-51.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Gabriella Eldereti Machado



É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Discente do Programa de Pós - Graduação em Educação - Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria.

www.terried.com 

[@editora_terried](https://www.facebook.com/editora_terried) 

[/editoraterried](https://www.instagram.com/editeraterried) 

contato@terried.com 



TERRIED